



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 7ª REGIÃO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES
CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª
REGIÃO E O MUNICÍPIO DE JUZEIRO
DO NORTE – CE.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont nº 3.384, Bairro Aldeota, em Fortaleza (CE), CEP 60.150-162, inscrito no CNPJ sob o nº 03.235.270/0001-70, neste ato representado por sua Desembargadora-Presidente **MARIA ROSELI MENDES ALENCAR**, portadora do CPF nº 122.409.403-44, RG 97002291374 – SSP-CE, doravante denominada simplesmente **TRIBUNAL** e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE (CE)**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Dr. **MANOEL RAIMUNDO DE SANTANA NETO**, CPF nº 172.648.713-04, RG 2001029041910 – SSP/ce, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções, doravante denominado apenas **PROTOCOLO**, com fundamento no art. 116 da Lei N.º 8.666/93, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambos os partícipes aceitam e ratificam.

DO INTERESSE PÚBLICO COMUM

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente PROTOCOLO registra as intenções dos partícipes de conjugar esforços para o atingimento de objetivo comum, qual seja, a melhoria da prestação jurisdicional trabalhista na Região do Cariri (CE).

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – As ações pretendidas e declaradas por meio do presente PROTOCOLO, para alcance do interesse comum, abrangem:

- I – a doação de imóvel situado no Lote N.º 2 (Gleba 2-A) da Quadra 1-P, do Loteamento Jardim Vila Real, Bairro São José, em Juazeiro do Norte, para a construção do Fórum Trabalhista do Cariri (CE);
- II – a urbanização da região em que localizado o imóvel;
- III – a construção do fórum.

21
Q

PARÁGRAFO ÚNICO – A pactuação do presente PROTOCOLO não elimina a necessidade de formalização mediante instrumento próprio de cada ação pretendida, segundo previsto na legislação vigente.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente PROTOCOLO terá vigência de 60 (sessenta) meses contados a partir da data da publicação de que trata a Cláusula Décima, ressalvados, no término do prazo, os direitos e obrigações contraídos na sua vigência. *NONA*

DA GERENCIADORA

CLÁUSULA QUARTA – Caberá a representação da Administração do TRT – 7ª Região para fins de gerenciamento e acompanhamento do presente PROTOCOLO à Diretora-Geral do TRT – 7ª Região, Neira São Thiago Cysne Frota, e nos impedimentos e/ou afastamentos legais do fiscal titular, caberá a sua substituta automática, Deven Moura Miller.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Compete à representante indicada no *caput* desta Cláusula administrar a execução do objeto deste PROTOCOLO, informar com a antecedência necessária o término do ajuste, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As decisões e providências que ultrapassem a competência da Gerenciadora deverão ser solicitadas por esta, em tempo hábil, à autoridade superior, para adoção das medidas que se julgar convenientes.

DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA QUINTA – Como contribuição para a consecução do objetivo comum, são atribuições do **MUNICÍPIO**:

I – realizar, mediante o procedimento legal próprio, a doação de imóvel (um terreno vago, de domínio pleno do Município de Juazeiro do Norte, próprio para edificação, na zona urbana da cidade de Juazeiro do Norte, com área de 4.712,18m²), situado no Lote N.º 2 (Gleba 2-A) da Quadra 1-P, do Loteamento Jardim Vila Real, Bairro São José, em Juazeiro do Norte, Matrícula N.º 28.319 – Cartório do 2.º Ofício (1.º Registro de Imóveis);

II – adotar as providências necessárias à urbanização da área de situação do imóvel, compreendendo abertura, calçamento e asfaltamento da sua rua e laterais;

III – enviar mensagem à Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, propondo a prorrogação da vigência da Lei N.º 3.748, de 30 de setembro de 2010.

DAS ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL

CLÁUSULA SEXTA – Como contribuição para a consecução do objetivo comum, é atribuição do **TRIBUNAL**:

I – incorporar ao patrimônio da União o imóvel doado pelo Município;

II – uma vez urbanizada a região de situação do terreno, adotar as providências necessárias à licitação e contratação de empresa para a construção do Fórum Trabalhista do Cariri (CE).

22
9

DAS ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL

CLÁUSULA SEXTA - Como contribuição para a consecução do objetivo comum, é atribuição do **TRIBUNAL**:

I - incorporar ao patrimônio da União o imóvel doado pelo Município;

II - uma vez urbanizada a região de situação do terreno, adotar as providências necessárias à licitação e contratação de empresa para a construção do Fórum Trabalhista do Cariri (CE).

DOS PRAZOS

CLÁUSULA SÉTIMA - A adoção das providências a cargo de cada partícipe obedecerá aos prazos previstos nos instrumentos de que trata a Cláusula Segunda, Parágrafo Único, deste Instrumento.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA OITAVA - O presente PROTOCOLO poderá ser rescindido de pleno direito:

I - por qualquer dos partícipes, na ocorrência de quaisquer motivos enumerados nos artigos 77 e 78 da Lei 8666/93, no que couber, observados os preceitos do artigo 79 e as consequências previstas no artigo 80, do mesmo diploma legal;

II - em razão da superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável; e

III - a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante denúncia escrita com 90 (noventa) dias de antecedência, contados a partir do recebimento do documento de denúncia.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA NONA - O **TRIBUNAL** providenciará a publicação resumida do presente PROTOCOLO no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente PROTOCOLO poderá ser alterado, à exceção do objeto, mediante assinatura de Termo Aditivo.


DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza/CE, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente PROTOCOLO.

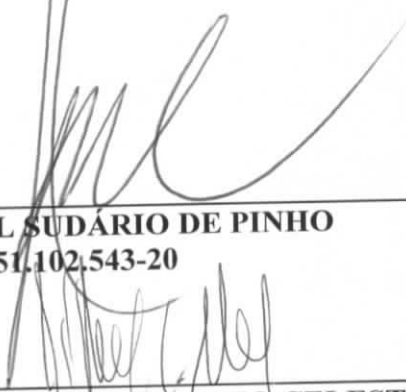
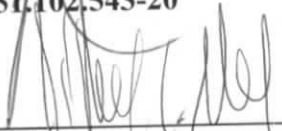
E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Juazeiro do Norte (CE), 26 de julho de 2012.-


MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRT – 7ª REGIÃO


MANOEL RAIMUNDO DE SANTANA NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE (CE)

TESTEMUNHAS:

- 1) 
JUDICAEL SUDÁRIO DE PINHO
CPF N.º 051.102.543-20
- 2) 
JOSÉ ROBERTO BARRETO CELESTINO
CPF N.º 524.861.928-91